Operação Tempus Veritatis

Advogado nega 'confissão' sobre minuta golpista em discurso de Bolsonaro

Defesa afirma que ele só teve acesso ao documento no fim do ano passado e vê 'pobreza de elementos' na investigação

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que o ex-presidente não admitiu, em discurso no ato realizado no domingo, na Paulista, em São Paulo, ter conhecimento da "minuta do golpe". Segundo os advogados Paulo Amador da Cunha Bueno e Fabio Wajngarten, ele só teve acesso ao documento no fim do ano passado, por meio da própria defesa, quando a minuta já fazia parte da investigação da Polícia Federal que apura suspeita de tentativa de golpe de Estado.

Os advogados falaram com jornalistas em São Paulo. Eles acompanharam Bolsonaro em depoimento na superintendência da PF na capital paulista no inquérito que apura suspeita de "importunação intencional" de uma baleia-jubarte, por parte do ex-presidente, du-rante passeio de moto aquática em São Sebastião (SP), em junho de 2023. Bolsonaro não falou com a imprensa.

Cunha Bueno questionou a informação de que a PF poderia interpretar a fala de Bolso-

naro como uma confissão de que ele sabia da existência do decreto e incluir o discurso feito na Paulista no inquérito da Operação Tempus Veritatis. No domingo, o ex-presidente disse: "Agora o golpe é porque tem uma minuta de um decreto de estado de defesa. Golpe usando a Constituição? Tenha santa paciência".

"As minutas a que o presidente se referia foram encontradas na sala do PL por ocasião da busca e apreensão há 15 dias (na Operação Tempus Veritatis). Foram minutas que eu, enquanto advogado, encaminhei para ele no dia 18 de outubro de 2023. Portanto, ele co-mentava sobre algo que ele teve conhecimento muito tempo depois", afirmou Cunha Bueno. O advogado já havia dito, no dia 9 deste mês, um dia depois da operação que reendeu o documento na sala de Bolsonaro na sede do PL, que repassou a minuta ao expresidente para ele "tomar pé de todos os elementos constantes na investigação".

CRÍTICA. Ontem, Cunha Bueno declarou que, se as autoridades policiais veem na declaração do ex-presidente uma forma de confissão, a investigação tem "uma pobreza muito grande de elementos". "É uma investigação semissecreta na qual a defesa não tem acesso e, ao que parece, não tem acesso



Os advogados Paulo Amador da Cunha Bueno (à dir.) e Fabio Wajngarten em frente à PF, em São Paulo

Após críticas ao STF e a ministros, Malafaia fala em 'perseguição'

O pastor Silas Malafaia afirmou ontem estar sendo per-seguido pelo discurso com críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) que fez no ato pró-Bolsonaro na Avenida Paulista, no domingo, do qual foi um dos organizadores. "Começou a perseguição a mim? Mais do que nunca, o que falei lá é verdade: o estado democrático de direito está em perigo", disse o pastor em vídeo publicado nas redes sociais.

Na gravação, Malafaia reagiu à possibilidade de se tornar alvo da Polícia Federal no inquérito que apura uma

justamente pela fraqueza de seus elementos", criticou.

Com base em conversas encontradas no celular do ex-ajudante de ordens da Presidência, tenente-coronel Mauro Cid, as investigações atribuem a Bolsonaro participação direta na edição de uma minuta golpista que circulou entre seus aliados após o segundo turno da eleição presidencial. O objetivo seria obstruir o resultado eleitoral desfavorável ao então

As mensagens no celular de

tentativa de golpe de Estado. Segundo o jornal O Globo, o pastor poderia ser incluído no rol de investigados pela tentativa de embaraçar as diligências. Malafaia também declarou que não há motivos para uma eventual apuração sobre o financiamento do ato. "Eu tenho nota de tudo, é com nota em meu nome", disse o pastor no vídeo. Escolheram o cara errado para perseguir", afirmou.

Enquanto Bolsonaro adotou tom mais comedido em seu discurso, o pastor criticou o STF e os ministros Ale xandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. "Se eles te prenderem, não vai ser para sua destruição, mas para a destrui-ção deles", disse. • JULIANO GALISI

Cid sugerem que Bolsonaro ajudou a redigir e editar o documento. A versão inicial do rascunho previa, além de novas eleições, a prisão de autoridades, como o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

BALEIA. Ouvido ontem em São Paulo na investigação sobre "importunação intencional" de uma baleia-jubarte enquanto pilotava uma moto aquática, Bolsonaro negou ter agido de forma irregular, segundo o

advogado Daniel Tesser. O defensor disse que o ex-presidente tomou todas as precauções a partir do momento em que o animal emergiu da água, como determina a lei. O depoimento durou cerca de duas horas.

De acordo com o advogado, Bolsonaro confirmou à PF que ele é o homem que aparece a 15 metros de distância de uma ba-

"As minutas a que o presidente se referia foram minutas que eu, enquanto advogado, encaminhei para ele no dia 18 de outubro de 2023. Portanto, ele comentava sobre algo que teve conhecimento muito tempo depois" Paulo Amador da Cunha Bueno Advogado de Jair Bolsonaro

leia em vídeo que circula nas redes. Tesser justificou, porém, que não é possível controlar um animal desse porte. "Ele nem sabia que tinha essa proibição, mas, mesmo assim, tomou todos os cuidados para não criar nenhum tipo de interferência", declarou o advogado na saída sede da PF.

A lei brasileira prevê pena de dois a cinco anos de prisão, além de multa, para a pesca ou "qualquer forma de molestamento intencional" de toda espécie de cetáceo no País.

Direita e esquerda disputam votos sobre anistia ao 8/1

Políticos de esquerda e de direita se digladiam nas redes para ter maioria na consulta popular digital sobre projeto de lei do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) que prevê conceder anistia aos envolvidos no 8 de Janeiro.

Enquanto a direita já se mobilizava desde outubro do ano passado, a esquerda começou a se movimentar ontem, dois dias após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) defender o perdão em manifestação na Avenida Paulista, no domingo.

No X (antigo Twitter), a pauta atraiu deputados como

Jilmar Tatto (PT-SP) e outros colegas do partido, do PCdoB e do PSOL, todos da base aliada do governo Lula, além de influenciadores de esquerda. Até as 20h de ontem, o placar tinha 451 mil votos "não" ante 405 mil votos "sim"

Apesar do barulho, o Senado esclareceu que a votação não tem influência direta no andamento e na aprovação do projeto, que depende dos representantes eleitos. Para votar, o site do Senado exige login com e-mail ou pela plataforma oficial gov.br, o que ajuda a evitar que os usuários se manifestem mais de uma vez. O termo "votem não" en-

trou para a lista de assuntos de momento relacionados à política do X na tarde de ontem "Atenção para manobra golpis-

Consulta digital No site do Senado é possível

opinar sobre projeto de lei que prevê perdão a implicados no 8 de Janeiro

ta!", escreveu no X a deputada Luciene Cavalcante (PSOL-SP). Ela estimulou a militância alegando que a consulta é usada pelos parlamentares como "ferramenta de pressão" para dar andamento aos projetos.

Influenciadores bolsonaristas notaram o movimento da esquerda e fizeram apelo para que o público retomasse as votações. "A esquerda antidemocrática está fazendo campanha pelo voto não. Vote sim e espalhe para os seus grupos", disse uma influenciadora. A reportagem encontrou mensagens em grupos de Telegram ligados à organização de caravanas para o ato do último domingo em que é feito o pedido

para compartilhar o endereço da votação para "o maior nú-mero de brasileiros possível".

LULA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu que o ato na Paulista "foi uma manifestação grande". Em entrevista ao programa É Notícia, da RedeTV!, que seria exibido on-tem, o petista também afirmou que a anistia para os envolvidos no 8 de Janeiro é "confissão da tentativa de golpe". "Quando o cidadão pede anistia, ele está dizendo: 'Perdoe os golpistas'. Está confessando o crime." • LEVY TELES SAMUEL LIMA E IIII IA CAMIM